

EM TEMPOS DE PANDEMIA E SEMPRE: PROFESSOR (A) DE GEOGRAFIA PRESENTE!

Francisco Leandro da Costa Soares¹
Antonio Avelar Macedo Neri²

RESUMO

Este artigo, apresenta o quão a atuação física do (a) docente de geografia no contexto pandêmico do Covid-19, no Brasil, mostrou-se indispensável e necessária, seja no aspecto ético e cultural, seja no aspecto educacional e profissional. No aspecto educacional, mostrou-se como um dos mais afetados pela pandemia, mesmo com a utilização do formato remoto e a flexibilização do calendário escolar. O objetivo deste texto, é pontuar e refletir sobre a fundamental atuação profissional dos professores de geografia na pandemia do Covid-19, transpondo-lhes as questões éticas, profissionais e culturais. A metodologia, baseia-se no levantamento bibliográfico e nas experiências cotidianas vivenciadas durante o ensino remoto no curso de licenciatura em Geografia. Os resultados, deram-se que as condições sociais são assimétricas e com a pandemia, estas se agravaram no novo normal. Com isso, refletirmos o quanto o profissional educador presente em sala de aula é importantíssimo na educação e, principalmente, destacando os seus princípios formadores: técnico, político e ético.

Palavras-chave: Corona vírus. Formação Profissional. Docente.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o processo de formação docente tem sofrido inúmeras transformações, acompanhando-se os avanços das tecnologias de comunicação digital desenvolvidas na Terceira Revolução Industrial, ou também conhecida como Técnico-Científica, como afirma o geógrafo brasileiro Milton Santos (1985). Dente tais avanços, pode-se apontar: as conferências de vídeos, mensagens por mídias de comunicação em massa, como as plataformas do Facebook, WhatsApp, Instagram, Youtube, as ferramentas do Google, entre outros, nas quais facilitaram muito além da comunicação, do entretenimento e da facilidade de circulação das informações e o processo de ensino remoto, ou, similarmente, comparado com a Educação à Distância.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado do Ceará – IFCE-Campus de Crateús, francisco.leandro.costa.soares@gmail.com;

² Professor orientador: Mestre em Educação e Docente no IFCE-Campus de Crateús, Crateús/Ceará, email: avelarmacedo5@gmail.com.

A Educação perpassa por um de seus momentos mais complexos e difíceis de sua história. As formações iniciais e continuadas passaram de presenciais a remotas, sem a necessidade de saímos de nossas residências, a partir da política do Ensino à Distância (EaD), sendo estruturadas pelo conjunto de estudos implementados nas denominadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), tornando-se uma de suas mais vistosas conquistas. Sendo ofertadas por várias instituições de ensino, cujas as atividades foram certificadas pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC), no início dos anos 2000, nas instituições de ensino superior (IES) tanto públicas, quanto privadas.

Essas medidas vieram a ser desenvolvidas devido a promulgação da Lei de 9.394/1996 que estabelecia as Diretrizes e Bases educacionais brasileira. Neste documento, fazia-se uma série de exigências voltadas a atuação dos professores nas escolas da educação básica, e assim, nas suas respectivas áreas de atuação específica, tendo que seguir os atributos dados no Cap. VI, art. 61 e 62, que explanam no:

Art.61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (LDB, 2017, p.41-43).

Todavia, muitos dos profissionais que atuavam no ofício, no início dos anos 2000, não, possuíam certificação, ou a graduação que exigia a LDB. Assim, necessitava-se expandir as instituições de ensino superior por todo o país, tanto pelas Universidades e Institutos Federais públicos como pelo setor privado, nas quais avançava por via da TICs, ou a conhecida modalidade em EaD, cujas objeções remetiam-se a alcançar as exigências da LDB e das carências voltadas a formação docente.

Em consequência da expansão da rede de ensino público do Brasil e a promulgação da LDB/1996, diante das condições de atuação estatal, viu-se no país um expressivo aumento do número de crianças ingressas nas escolas, gerando-se uma demanda significativa de profissionais qualificados para garantir-lhes a alfabetização, e assim, sua respectiva aprendizagem. Por meio disso, necessitou-se expandir instituições

que promovesse a capacitação dos profissionais docentes na qual atuariam nos ensinamentos: fundamental (Anos Iniciais e Finais) e o Médio (regular, profissionalizante, tecnológico e em tempo integral).

Substancialmente, à medida que se descentralizava as Universidades e Institutos Federais, essas não supriam as demandas profissionais dos docentes, repentinamente, integrou-se de maneira complementar, entretanto, insubstituível, a modalidade semipresencial e a distância, na finalidade de disponibilizar mais vagas aos formandos das licenciaturas, com o auxílio de tutores e materiais construídos por entidades asseguradas pelo MEC/CNE e que tenham de explicitar o mínimo exigido de Carga Horária para se exercer a função profissional. Neste ínterim, os objetivos deste texto, é pontuar e refletir sobre a fundamental atuação profissional dos professores de geografia na pandemia do Covid-19, transpondo-lhes as questões éticas, profissionais e culturais.

Coronavírus e as intempestivas aulas remotas: o novo normal

Com a carência de um Sistema Educacional Nacional público e eficiente no Brasil, vimos de forma gradativa e expressiva, essa realidade, contorna-se a partir dos anos 1990 devido a retomada do papel do estado como planejador e interventor naquilo que configurasse como de interesse nacional, referindo-se, não mais, somente, a política e a economia, como ocorrera nos anteriores, a citar no Período Cívico-Militar (1964-1985), mas sim, as questões de cunho socio-infraestrutural, por exemplo: a construção de escolas, rodovias, as quais obtiveram em consequência a geração de empregos, distribuição de renda, e entre outras ações que deveriam ser de ordem pública.

As medidas colocadas em práticas, voltaram-se, primordialmente, aos programas sociais de distribuição de renda as famílias de baixa renda, investimentos na qualidade da educação e na modernização do país, investindo-se em pesquisas de ponta e na expansão da produção científica por todo o país. Na educação, esse salto foi mais relevante, como apontado nos parágrafos anteriores.

Na tentativa de conter o avanço dessa doença e impossibilitar que a mesma fizesse mais vítimas tanto no interior do país como no exterior, esses adotaram uma série de medidas, cujas as objeções se detinha em salvar vidas ao máximo.

Entre as medidas postas em vigor, pode-se apontar o uso de máscaras nos rostos, evitar o contato entre indivíduos, além disso, a higienização constante. Contudo, o

isolamento social, tornou-se a medida mais radical, dentre todas, constantemente, reforçada pela expressão imperativa do “fique em casa”. Uma ação, aparentemente, simples, contudo, com proporções nacionais significativas, pois afetou o cotidiano de milhões de brasileiros, repentinamente. Inclusive dos 47,9 milhões de educandos matriculados nas 180,6 mil escolas de educação básica no país, desde a Pré-Escola ao Ensino Médio. Assim afirmam os dados quantitativos explicitados no Censo Escolar 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC),

Em 2019, contamos com a colaboração ativa das equipes coordenadoras do censo nas 27 secretarias estaduais de educação na coordenação do processo nos respectivos territórios. Cerca de 174 mil usuários acessaram o sistema eletrônico de coleta. Participaram do levantamento mais de 229 mil estabelecimentos de ensino de educação básica, entre os quais 180,6 mil são escolas ativas, que informaram mais de 47,9 milhões de matrículas de escolarização, distribuídas em cerca de 2,2 milhões de turmas, e mais de 2,2 milhões de docentes em sala de aula (BRASIL, 2020, p. 14).

Perceptivelmente, com a Pandemia do Coronavírus e, por conseguinte, o isolamento social, as atividades escolares e universitárias tiveram de ser interrompidas, mesmo que estando no início do ano-letivo, passando de remoto, ou o que podemos relacionar ou aproximar das atividades realizadas no ensino a distância, mas, seguramente com mais deficiências estruturais, pedagógicas e psicológicas. O propósito de adoção do ensino à distância segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), deve-se pelo fato do cumprimento do calendário letivo das escolas e das universidades públicas que também tem a obrigatoriedade de cumprir esse calendário, na finalidade de executar a carga horária necessária a formação dos discentes que cursam a educação básica, a graduação, ou a pós-graduação, que são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Nessa condição, estabeleceu-se que,

No dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, para instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. Posteriormente, tal Portaria recebeu ajustes e acréscimos por meio das Portarias nos 345, de 19 de março de 2020, e 356, de 20 de março de 2020. Em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19. (CASTRO, 2020, p.1-2).

Diante das medidas adotadas pelas instituições máximas da educação em resposta a situação pandêmica, contribuiu para que surgisse intensos debates referentes a utilização das TICs, cuja a finalidade não se remetesse, apenas a condição de desfecho da situação atual do mundo, e sim, de uma tentativa de substituição do ofício docente em sala de aula a um ensino remoto.

Assim, acho interessante pontuar questões problematizadoras: estávamos preparados? Conhecemos os aportes técnicos? nossa casa tornou-se um anexo da escola? É o processo de uberização do sistema educacional? Tantas perguntas, poucas respostas. que nos últimos anos avançou consideravelmente no setor privado e agora a educação básica. De acordo com Maria Helena Souza Patto, da Universidade de São Paulo (USP), em seu artigo titulado de “O ensino a distância e a falência da educação”, ela aponta que ao se tratar de um ensino a distância, seus defensores garantem,

a democratização do ensino pela expansão de vagas; a formação universitária de recursos humanos, sobretudo de professores para a rede estadual de ensino fundamental e médio; as mudanças promissoras que a metodologia inovadora trará ao ensino tradicional; o uso intensivo, sem perda da qualidade do ensino, de tecnologias de informação e de comunicação; a aprendizagem eletrônica; a interação educativa virtual; a natureza semipresencial do programa; e a entrada do país no rol internacional das universidades virtuais (PATTO, 2013, p. 305).

A autora, ainda destaca, que esses objetivos mesmo centrados no estado de São Paulo e possuírem um princípio de organização, tornou-se uma realidade em outros estados sob os quais atendem,

Além dos professores, (...) as atividades previstas dividem-se em três módulos: o primeiro abrange a formação de professores das redes pública e privada da educação básica; o segundo, a oferta de cursos de licenciatura em disciplinas que integram os currículos do ensino fundamental e médio; o terceiro, cursos de capacitação, extensão e pós-graduação a graduados em busca de educação continuada e aperfeiçoamento profissional (PATTO, 2013, p. 305).

Com essas menções, vemos o quanto há discursos sob os quais se busca o desmantelamento das políticas nacionais direcionadas a educação, transformando-a em um instrumento mercantil, ao invés de garantir-lhes a sua suma manutenção como instrumento formador, transformador e educativo. Sob performances comerciais, a situação pandêmica do mundo, tornou-se uma importante ferramenta, cujo o propósito está em inflar o domínio de grandes grupos do ramo educacional, oferecendo-nos materiais de ponta, professores exclusivos, informações privilegiadas de concursos

públicos, provas de Vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dentre outros.

O novo normal para os docentes nos Sertões de Crateús.

Cumprir com a função de professor nunca foi tão difícil quanto nesse “Novo Normal” que se tornou obrigatório a aderência. Afinal, o ensino teve que continuar, logo, as medidas protetivas adotadas, que já foram citadas no presente trabalho, foi no formato virtual. E as dúvidas foram constantes tanto para os profissionais a frente quanto para os alunos consumidores, do trabalho elaborado e pensado pelos professores e o corpo gestor das escolas.

E profissional se reinventou nessa fase mesmo com essa normativa de “fica em casa” se tornou limitante nas interações humanas, fazendo questionar como seria o desenvolvimento dos alunos das séries iniciais, pois, como o Piaget sempre enfatizou em seus manuscritos, são as trocas entre eles que gera o amadurecimento e desenvolvimento da idade. É olhando ao seu semelhante que nasce a inquietação e ânsia de entender, falar sobre os assuntos e afins.

Embora, seja sempre posto a sala de aula como laboratório vivo ao docente, ele também é ao discente, pois, as atividades feitas em grupo no presencial, fortalecia as relações. Induzia a busca e troca de conhecimento, nesse modo remoto é possível ouvir as queixas não só por parte dos alunos, mas, dos pais. Que além de assumir suas atividades remotas, cuidar de casa, teve que se adaptar e ser um orientador nas atividades, isso se tratando para alunos dos anos iniciais.

Os vídeos viralizados são infinitos, com falas pertinentes sobre sentir saudade da escola, dos coleguinhas e que o pai ou a mãe, não tem o jeito de ensinar que a professora tem. O tipo de medida tomada entre os profissionais foi ficar um tempo durante o dia no WhatsApp e uma outra parte com a distribuição das atividades da semanais, ou seja, o profissional indo deixar nos domicílios de cada discente. Seguindo o seguimento, os alunos estudam próximo da escola, algo que não é tão comum nos interiores do sertão, onde se tem em média uma distância de igual ou superior a dez quilômetros.

Partindo para o campo de observação dos anos finais e ensino médio, pode se perceber um certo afastamento dos educandos, seja por ausência das tecnologias, seja porque os mesmos passaram assumir atividades domésticas em casa, desde de organizar,

limpar e lavar. A cuidar dos irmãos mais novos e dos animais que a família cria, o que se torna desculpa para o discente se afastar. E infelizmente os desafios dos professores se tornaram mais adversos nesses contextos pandêmicos. Pois, a todo momento precisa está resgatando os aprendizes, questionando suas ausências e suas razões por não cumprirem as demandas burocráticas estabelecidas pela instituição escolar. Nessa colocação,

a formação do aluno jamais acontecerá pela assimilação de discurso, mas sim por um processo microsocial, em que ele é levado a assumir posturas de liberdade, respeito, responsabilidade, ao mesmo tempo em que percebe essas mesmas práticas nos demais membros que participam deste microcosmo com que se relaciona no cotidiano. (SILVIO GALLO, 2008, p. 7).

Mesmo diante de todas evoluções tecnológicas, ainda existe lugares em que a internet, não é tão estável. Onde nem sinal de celular pega e com isso o aluno some do mapa e o professor fica a perguntar a turma se os outros tiveram contato sendo uma constante caixa de pandora misturada com Mágico de Oz, porque o professor nunca sabe quem são os alunos presentes, nem quem entregará as atividades.

Se tornar presente, foi se arriscar ir na casa do aluno quando não se tinha possibilidade de contato nem informação de modo virtual o que vinha acontecer e as condições do mesmo. Lecionar a geografia nesse contexto foi relacionar as questões econômicas atuais com o que se diz o passado nos livros de geografia.

Docência na pandemia: a necessidade de reforçar o papel do docente em períodos de pandemia.

São inúmeras as tentativas e meios que se utilizam para desqualificar o modelo público de educação no Brasil, e uma delas, volta-se na desqualificação do profissional docente, algo recorrente na História da Educação Brasileira, com casos que já é do conhecimento dos brasileiros, principalmente, quando se fala dos salários baixos, do respeito a profissão e da qualidade dos locais de trabalho. Esses são apenas alguns dos inúmeros desafios dos educadores neste país. Nos dias de hoje, um outro desafio, porém, escondido e imperceptível por parte da categoria que está tomando espaço, muitas vezes, sem sair de casa.

O denominado professor Tutor, ou profissional de tutorial, cuja a prática é característico do EaD, na qual o professor, transforma-se em um orientador/ tutor das

ferramentas do conhecimento e o aprendiz é o protagonista de seu aprendizado, regularizando seus horários de estudos, de atividades e, fundamentalmente, do seu espaço de aprendizado, não sendo a escola o seu espaço apropriado, mais sim, onde o mesmo considera ser o mais adequado.

A partir disso, vemos o quanto é importante que se reflita e se garanta a importância do professor, em meio ao período da Pandemia do Coronavírus, cujo o docente em sala de aula, é insubstituível. A importância consoante com Bulgraen (2010), remete-se,

Sem dúvida, o professor além de ser educador e transmissor de conhecimento, deve atuar, ao mesmo tempo, como mediador. Ou seja, o professor deve se colocar como ponte entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno aprenda a “pensar” e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações como se fosse um depósito do educador. (BULGRAEN, 2010, p. 31).

Muito além do papel da orientação, o docente assumi uma diversidade de atividades, que são imprescindíveis no aprendizado do discente, tanto intelectual, profissional e cidadã, nas quais possuem sua ocorrência, de acordo com a harmonia conjunta dos pais, da escola e da comunidade externa. A atuação docente de qualidade se dá pelo contato entre essas três categorias e com as práticas didático-pedagógica dadas pelo professor no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

Os processos metodológicos utilizados, basearam-se em dois principais. O primeira, no levantamento bibliográfico e segundo nas narrativas vividas no período pandêmico. Além das bases teóricas e analítico-qualitativa, apropriou-se dos norteamentos documentais, dispostos nas normações legais direcionadas a educação e as condições que garantem a aplicabilidade e legalidade enquanto pilar de desenvolvimento intelectual, político, social e econômico.

Nessas condições, as reflexões e as interpretações foram também fundamentais na construção da coerência aqui escrita e usada na constituição do referido e proposto trabalho. Fazendo passível das correlações atribuídas as condutas mais próximas dos objetivos aqui escolhidos e efetivados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A notícia, intitulada de: “A geografia da desigualdade digital escancarada pela pandemia”, aborda a partir de dados de um levantamento amostral do governo sobre o uso da internet no Brasil, vê-se que,

Embora nosso país tenha um número crescente de usuários da Internet, ainda existe uma grande parte da população sem nenhum tipo de acesso, especialmente entre os mais pobres, aqueles com mais de 60 anos, os que vivem em comunidade tradicionais (indígenas, quilombolas) e em áreas rurais. Dados nacionais do Cetic.br/NIC.br (2019) em avaliação do desenvolvimento da Internet no Brasil em parceria com a UNESCO mostraram que cerca de 61% das residências brasileiras estão conectadas. Nas áreas rurais, apenas 34% das famílias têm acesso à Internet, encontrando-se em apenas 30% das casas de famílias de baixa renda (nível socioeconômico D e E). Por outro lado, em famílias de alta renda (A e B) as proporções são 99% e 93%, respectivamente, revelando grandes desigualdades em termos de acesso. Os dados também indicam que o acesso fixo, especialmente entre grupos com taxas mais baixas de conexão, não evoluiu o suficiente para que possa ser considerado um meio importante para a universalização, tendo as conexões móveis, via aparelhos de celular se convertido nos principais vetores de difusão da Internet. (CARTA CAPITAL, 2020).

Não, indiferente desta matéria, temos a confirmação daquilo que já é por parte dos gestores universitários, que com a ampliação e a interiorização dos campi das Universidades e dos Institutos Federais de ensino, como já referido nos parágrafos anteriores, possibilitou que muitos estudantes tivessem o acesso à educação superior, desde as classes médias altas e baixas também. Entretanto, as realidades dos estudantes na maioria dos municípios são difíceis, pois a maioria são da Classe Média Baixa e de Baixa renda, pois nessa maioria, muitos ingressam, mas não conseguem permanecer. Compondo assim, os altos números de desistências na graduação.

Com isso, muitos desses graduandos tem que residir nesses polos de desenvolvimento, ou conviver com outra realidade de milhões de estudantes: o da Caronagem (estudante universitário que utiliza/ carona do transporte destinado a Educação Básica, que é financiada pelo Programa Nacional do Transporte Escolar - PNATE). De acordo com o site do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), define que PNATE, como,

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que

couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. (EDUCAÇÃO, 2020).

O motivo vai em encontro com a realidade socio econômica dos muitos municípios que não disponibilizam os transportes próprios para os universitários, cujas soluções vistas para estes, volta-se em: pegar o transporte direcionados aos discentes da Educação Básica, e passam a enxertar a dupla funcionalidade de serviços na finalidade de atender ambas as demandas.

Vimos, ainda, partindo-se dos dados coletados pela pesquisa do IFCE, o quão caótico está sendo para muitos estudantes a questão do acompanhamento dos estudos pelos meios digitais, devido que apontam que não possuem acesso de qualidade do serviço de internet e que dependem das instituições de ensino para estudar e realizar suas atividades referentes a graduação.

Tal circunstância, comprova a drástica situação de descalabro socioeconômico que nosso país passa e que tem de superar, e reforça a proporção do quanto o ensino remoto é excludente. Muito além de sanar essa questão, temos de certa forma, compreender o papel da Universidade e das Instituições de ensino superior, na vida de um jovem que a sua realidade familiar não lhe parecia favorável a mudar dentro do ciclo da pobreza. Estando sua importância muito além da formação, ou da troca de saberes, mas sim da oferta de caminhos desconhecido pelo mesmo durante sua existência como um todo.

Com vista na abordagem teórico e pratica deste trabalho, realizou-se uma parte introdutória, com base nas referências bibliográficas e nas análises sócio geográficas, a partir das realidades dos agentes que compõe a dimensão educacional, educandos e professores. As revoluções ocorrem no intuito de modificar e superar as estruturas e padrões já ultrapassados. Porém, o trabalho do profissional docente, já se configura como um movimento revolucionário e em constante atualização.

Ultrapassa-se costumes, padrões e produções antrópicas, mas não se faz a obsolescência programado do professor, um profissional fundamental na formação de tantas outras, aquela fundamental para tantos avanços e superações, sejam para aqueles que as adversidades são o ar constante que inala, sejam aos embates das enigmáticas interrogações criadas pelas intelectuais que, na sua maioria, também passaram pelos

professores formais capacitados cultamente e pelos informais capacitados pelo ato constante de viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, com as mudanças condicionadas pela evolução das Tecnologias Informacionais e sua união com a educação por todo o mundo como uma ferramenta de ensino e aprendizagem por seus utilitários, vê-se que as mesmas buscam em nome da otimização dos lucros por empresas que são do ramo da educação, substituiu o símbolo fundamental da mesma que é o docente.

O primeiro, deve-se ao fato de que a pandemia explicitou o lastimo socioeconômico que nosso país vive, entretanto, nos últimos anos, apenas, mascarados essa situação problemática. O segundo, está atrelado ao fato da indispensável importância do profissional educador e docente na aprendizagem de milhões de alunos diariamente. Sendo tal ofício insubstituível por trabalhos via recursos digitais.

O papel docente, não está atrelado, somente, a presença escolar, mas acima de tudo, ao acompanhamento dos educandos, constantemente, os avaliando e o examinado a partir dos processos de mediação e assimilação ao se tratar da aprendizagem do professor-aluno e aluno-professor, sob uma ótica da reciprocidade de aprendizagens contínuas e gradativas no processo de formação dos estudantes durante a estadia na Educação Básica e Superior.

Nesse contexto, esse papel de docente deve sempre estar em revalorização contínua e pontual acima de tudo, seja pelas políticas públicas, seja pela sociedade civil, na qual todos passam pelos docentes durante a vida, buscando-se a formação intelectual, profissional e cidadã desses indivíduos, sob os quais construirão o amanhã, a partir das aprendizagens que adquiriram no ontem, com os exemplos tidos na escola, com os pais e com a comunidade externa do respectivo cotidiano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes) e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE-Campus de Crateús). O primeiro, pela concessão da Bolsa de Estudos, por via do Programa

Residência Pedagógica (PRP) e o segundo pela disponibilidade em ofertar uma Educação Superior de qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico. Inep, 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Inep, 2019.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 P.
- BULGRAEN, V. C. O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. **Revista Conteúdo**, Capivari, V.1, N.4, ago./dez. 2010.
- CARTA CAPITAL. **A geografia da desigualdade digital escancarada pela pandemia**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br> . Acesso em: 14 maio de 2020.
- CASTRO, E. D. E. M. H. D. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **MEC/CNE**. Brasília, n. 0334 p. 1-24, abr./2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> . Acesso em: 15 maio 2020.
- EDUCAÇÃO, Fundo Nacional de Desenvolvimento da. **O PNATE**. 2020. Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php>. Acesso em: 04 maio 2020.
- GALLO, Sílvio. **Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplina**. In. Nilda Alves; Regina Leite Garcia. (org). O sentido da Escola. 1 ed. Rio de Janeiro: **DP&A**, 1999, V. 1, P. 17-41.
- JESUS, T. C. **SER PROFESSOR/A NAS ESCOLAS DO SERTÃO**. X Encontro Regional Nordeste de Historia Oral, 10 a 13 de Agosto de 2015 Salvador/BA
Disponível:
https://www.nordeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/11/1438910129_ARQUIV_O_TrabalhoCompleto_TatianedeJesusChates.pdf.
- PATTO, M. H. S. O ensino a distância e a falência da educação. **SciELO**. São Paulo, V. 39, N. 2, P. 303-318, dez./2005. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 15 maio 2020.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997a.
- SOUZA, P. N. P. de. **A revolução da EaD**. Agitação, São Paulo, ano XV, N. 89, 2009.